2018-0.025.304-0 ROBERTO CARLOS DA SILVA LEME DEFERIDO
DEFERIDO COM BASE LEGAL NO CODIGO DE OBRAS 16.642/17 E LEIS 16.402/16 , 16.050/14.

2018-0.036.989-8 CLARA MARIA DOMINGUES IHERING AZEVEDO INDEFERIDO
INDEFERIDO COM BASE LEGAL NO CODIGO DE OBRAS 16.642/17, LEIS 16.402/16 E 16.050/14.

PROCESSOS DA UNIDADE PR-VP/AGTI
2004-0.138.585-6 DEPARTAMENTO JUDICIAL JUD INDEFERIDO
CONSIDERANDO OS ELEMENTOS CONSTANTES NO PRESENTE, EM ESPECIAL A MANIFESTACAO DA SUPERVISAO TECNICA DE FISCALIZACAO(FL. 47), INDEFIRO O RECURSO APRESENTADO, POR RESTAR PREJUDICADO FACE TER SIDO ANALISADO EM OUTRO PROCESSO - 2006-0219.489-6.

2014-0.178.036-5 PEDRO BERNARDO DOS SANTOS DEFERIDO

CONSIDERANDO OS ELEMENTOS CONSTANTES NO PRESENTE, EM ESPECIAL A MANIFESTACAO DA SUPERVISAO TECNICA DE FISCALIZACAO EM FLS. 22, DEFIRO O RECURSO APRESENTADO, CANCELANDO-SE OS A.MS. 06-226.691-8, POSTO QUE HOUVE O ATENDIMENTO AO CODIGO DE OBRAS E EDIFICACOES LEI 11.228/92 EM SEU ANEXO I ITEM 6.1 E DECRETO 32.329/92 ITEM 6.B.1, NOS TERMOS DA PORTARIA 53/12 SMSU UMA VEZ INDEFERIDO O ALVARA A OBRA DEVERA SER PARALISADA DE IMEDIATO QUANDO UTILIZADO O "DIREITO PRECARIO DE INICIO DE OBRA" E, COM SE VE DAS FOTOS ACOSTADAS, A OBRA ESTAVA PARALISADA, COM FULCRO NA SUMULA 473 DO STF.

2015-0.083.742-0 SUPERMERCADO YAMAUCHI LTDA DEFERIDO

CONSIDERANDO OS ELEMENTOS CONSTANTES NO PRESENTE, EM ESPECIAL A MANIFESTACAO DA SUPERVISAO TECNICA DE FISCALIZACAO FLS. 30 E 34, DEFIRO O RECURSO APRESENTADO, CANCELANDO-SE O A.M. 06-229.026-6, EM ESPECIAL A EXISTENCIA DE AUTO DE LICENCA DE FUNCIONAMENTO CONDICIONADO DEFERIDO E NA VIGENCIA A EPOCA DA AUTUACAO, COM FULCRO NA SUMULA 473 DO STF.

2015-0.197.872-8 DORALICE BARRETO DE SOUZA ALEN.ARCAN. DE OLIVEIRA INDEFERIDO

CONSIDERANDO OS ELEMENTOS CONSTANTES NO PRESENTE, EM ESPECIAL A MANIFESTACAO DA SUPERVISAO TECNICA DE FISCALIZACAO(FLS. 10), INDEFIRO O RECURSO APRESENTADO, MANTENDO-SE O A.M. 06-229.387-7, PELO NAO ATENDIMENTO AO CODIGO DE OBRAS E EDIFICACOES LEI 11.228/92 E DECRETO 32.329/92 POR NAO TER REGULARIZADO A OBRA PERANTE A MUNICIPALIDADE ENSEJANDO O EMBARGO E PELA CONTINUIDADE DA OBRA MESMO ESTANDO EMBARGADA ENSEJANDO O DESRESPEITO.

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

ENDERECO: .
PROCESSOS DA UNIDADE PR-VP/CPDU/CAD

2018-0.044.563-2 JOSEVALDO SOUZA DOS SANTOS DEFERIDO

PARA O CONTRIBUINTE 051.344.0135-7 SITO A RUA TRES PEDRAS PARA O ANTIGO S/N COUBE O N 585 OFICIAL DEFERIDO NOS TERMOS DO DECRETO 49.346/08.

2018-0.045.095-4 ANDERSON ALVES DE ALMEIDA DEFERIDO

PARA O CONTRIBUINTE 156.011.0038-0 SITO A RUA ALCACUZ PARA O ANTIGO N 49 COUBE O N 49 OFICIAL DEFERIDO NOS TERMOS DO DECRETO 49.346/08.

2018-0.046.674-5 DIVANIR LOVO DEFERIDO

PARA O CONTRIBUINTE 156.010.0035-1 SITO A RUA ARCTOTIS PARA O ANTIGO S/N COUBE O N 50 OFICIAL E PARA O ANTIGO S/N COUBE O N 56 OFICIAL. CONSERVA-SE PARA O MESMO CONTRIBUINTE O ANTIGO N 3 ATUAL N 54 OFICIAL CONCEDIDO ATRAVES DE LMD PUBLICADA NO DOC DE 25/09/1979. DEFERIDO NOS TERMOS DO DECRETO 49.346/08.

PROCESSOS DA UNIDADE PR-VP/CPDU/SUSL
2017-0.113.542-2 CELI EZELLNER MIRAGLIA INDEFERIDO

CONSIDERANDO TODOS OS ELEMENTOS DO PRESENTE INDEFIRO TPU P/ COLOCACAO DE MESAS E CADEIRAS NO PASSEIO PUBLICO NOS TERMOS DA LEI 12.002/96 DEC 36.594/96 EXPRESSA SOLICITACAO DO INTERESSADO

2017-0.178.973-2 LUZIA CRISTINA SABINO FELIX DEFERIDO

CONSIDERANDO TODOS OS ELEMENTOS DO PRESENTE DEFIRO A DEVOLUCAO DE MERCADORIA APREENHIDA NOS TERMOS DA PORTARIA 001/SP/VP/CPDU/2014

SAPOPEMBA

GABINETE DO PREFEITO REGIONAL

DESPACHO

No uso das atribuições que me são conferidas por Lei e com base na manifestação da Assessoria Jurídica às folhas 15/18, bem como nos demais documentos constantes nos autos do Processo Administrativo nº 2018-0.021.776 **DEFIRO O RECURSO DE MULTA apresentado nos autos do processo e DETERMINO O CANCELAMENTO DO AUTO DE MULTA N.º 001.035-1, lavrado em face de CLÁUDIA CAITANO CAMPOREZE.**

COORDENADORIA DE PROJETOS E OBRAS NOVAS

PORTARIA Nº 029/PR-SB/GAB/18

ASSUNTO: DESIGNAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATO, FISCAL DE CONTRATO E SEUS RESPECTIVOS SUPLENTE, TENDO COMO ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANEJO ARBÓREO À PREFEITURA REGIONAL SAPOPEMBA, ATRAVÉS DE EQUIPE - REFERENTE AO PROCESSO SEI nº 6061.2018/0000421-3, DO TERMO DE CONTRATO Nº 08/PR-SB/2018, TENDO COMO CONTRATADA A EMPRESA CONSTRUBAN LOGÍSTICA AMBIENTAL LTDA. No uso das atribuições que me foram conferidas por lei e, com fulcro no Decreto Municipal nº 54.873/2014, Portaria nº 92/SF/2014, Portaria nº 32/SMS/2014, e demais elementos do presente, juntados no processo SEI supra citado, os quais adoto como razão de decidir, INDICO o servidor ROBERTO FIRMINO ALVES, Registro Funcional nº 582.356.1, como fiscal do contrato, tendo como seu suplente o servidor ANTONIO SILVA SALES, Registro Funcional nº 595.103.8; INDICO a servidora PATRÍCIA ROBERTA DA SILVA, Registro Funcional nº 797.393.4 para gerenciamento e fiscalização do objeto e contrato acima mencionados, tendo como seu suplente o servidor JOÃO CARLOS CASAGRANDE, Registro Funcional nº 536.520.1. Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 21/05/2018.

CULTURA

GABINETE DO SECRETÁRIO

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Processo nº 6025.2018/0003210-5
I - À vista dos elementos constantes no presente, na competência a mim delegada por intermédio da Portaria 17/18/SMC-G nos termos do artigo 1º da Lei Municipal n.º 13.246/2018 Portaria Intersecretarial - 34/03 SGP/SF e Decreto 58.070/2018, AUTORIZO a emissão da Nota de Empenho a favor da SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, C.N.P.J. 46.392.155/0003- 83, no valor de R\$ 134,89 (cento e trinta e quatro reais e oitenta e nove centavos), objetivando o pagamento de multa de trânsito do veículo KOMBI, placa BSV5420, RENAVAM nº 00728344122, onerando a dotação 25.10.13.122.3024.2.100.33903900.00, conforme nota de reserva 31.088/2018 -SEI 8325520

BIBLIOTECA MUNICIPAL MÁRIO DE ANDRADE

PORTARIA Nº 01/2018 – BMA.G

PROCESSO 2018-0.021.351-0
O Gestor Local da Biblioteca Mário de Andrade, com fundamento no Decreto Municipal nº 58.049/2017 e na Portaria nº 035/2018-SMC.G, à vista dos elementos constantes no processo administrativo nº 2018-0.021.351-0, e o parecer de fls. 14 e 15, e na manifestação da Assessoria Jurídica desta Pasta, RESOLVE:

I – **AUTORIZAR** a cessão não onerosa de seis (06) imagens pertencente ao acervo da coleção da Sala de Artes da Biblioteca Mário de Andrade, para compor o livro " O Círculo de Theon Spanudis" organizado pela Cult Produções Artísticas Ltda., CNPJ 07.034.907/00012-10, representada por Edith de Oliveira Azevedo Zogbi, RG nº 17.667.795-1, CPF nº 102.067.338-95 conforme solicitação em fls. 02 e 03, enviada a Sala de Artes da Biblioteca Mário de Andrade e demais informes, sendo que:

a. Todas as imagens fotográficas e reproduções somente serão cedidas por meio digital e em baixa resolução, vedada a incorporação ao acervo do solicitante.

b. Em caso de solicitação para fornecimento de imagem em alta resolução (ou seja, acima de 300 dpi's ou no formato "tiff"), caberá ao solicitante esclarecer o motivo para tanto, sendo que tal justificativa será submetida à análise do Gestor Local, que poderá determinar a resolução a ser fornecida em meio digital (sendo que imagens destinadas a artigos para publicações eletrônicas ou internet serão cedidas com resolução máxima de 72 dpi's e 20 cm maior lado).

c. A critério do fiscal, a reprodução de imagens em alta resolução será acompanhada e fiscalizada por servidor indicado pelo Gestor Local, sempre em horário de expediente, sendo de responsabilidade do solicitante providenciar transporte de ida e volta para o servidor do departamento onde está lotado até o estabelecimento onde será reproduzida a imagem cedida.

d. O cessionário fica obrigado a mencionar nos créditos da obra em que será reproduzida a imagem cedida o nome do departamento a cujo acervo esta pertencer.

e. Fica vedada qualquer alteração, mutilação ou manipulação, em meio eletrônico ou não, que afete a integridade da imagem cedida.

II - O cumprimento das obrigações decorrentes desta cessão deverá ser fiscalizado pela Biblioteca Mário de Andrade, através do gestor local Sr. Natan Tiago Batista Serzedello, RF 778.654-9.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO CULTURAL DA CIDADE DE SÃO PAULO

PORTARIA 78/2018

O Gestor Local do Centro Cultural São Paulo - CCSP, no uso da competência que lhe foi outorgada pelo Decreto Municipal nº 58.049/2017, bem como à vista dos elementos constantes no presente processo administrativo (6025.2018/0003642-9) e o parecer da Comissão de Avaliação (8005772), nos termos do item 2.2 das Disposições Gerais do referido Decreto Municipal, que trata da cessão de bens e espaços da Secretaria Municipal de Cultura, bem como a manifestação da Assessoria Jurídica desta Pasta (8270541),

RESOLVE:

I - Homologar a decisão favorável da Comissão de Avaliação sobre a solicitação de cessão não onerosa da reprodução de 06 (seis) vídeos do Acervo Histórico de Discoteca Oneyda Alvarenga, para serem utilizadas em projeto de "Show e Palestra" selecionado em Edital (7794299, 7794315), ao município pesquisador e professor, Enrique Valarelli Menezes, inscrito no CPF sob o nº 335.051.408-13, sob as seguintes condições:

1. A solicitante deverá utilizar as reproduções apenas e exclusivamente para o projeto de "Show e Palestra" aprovado em Edital ("Festa Rural no Vale do Paraíba - Obra de Mario de Andrade sobre Pesquisa Arquivo/Departamento de Cultura de São Paulo").

2. É de responsabilidade da solicitante a obtenção de autorizações dos detentores dos direitos autorais, respondendo perante estas e terceiros por qualquer violação desses direitos, isentando a Prefeitura de São Paulo/Secretaria Municipal de Cultura de qualquer responsabilidade neste sentido.

3. A solicitante deverá também citar em sua apresentação os créditos do Acervo Histórico de Discoteca Oneyda Alvarenga do CCSP.

4. O cumprimento das obrigações decorrentes desta portaria deverá ser fiscalizado pela Supervisão de Acervo do CCSP.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL

GABINETE DO PRESIDENTE

PORTARIA Nº 11/FTMSP/2018

8510.2018/0000113-9. RENATA APARECIDA PEREIRA DA SILVA ARAÚJO, Diretora Geral da FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelos incisos I e XXI do art. 28 de seu Estatuto – Anexo I integrante do Decreto Municipal nº 53.225/2012, concatenados com artigos 2º, inciso XI, e 35, inciso V, alínea h, da Lei 13.019/2014 e do artigo 4º, inciso I, do Decreto Municipal nº 57.575 de 29 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º – Consolidar a composição da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Colaboração nº 01/FTMSP/2017, que passará a constar com os seguintes membros:

a) Patrícia Maria de Oliveira RF 838.415.1
b) Carolina Paes Simão – RF 847.551.2
c) Emerson Rodrigo de Brito Araújo – Matrícula nº 172
d) Orthon Koiti Hirano
e) Cléber Moreira Lopes – Matrícula nº 186

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário em especial as Portarias 012 e 23/FTMSP/2017.

ADIANTAMENTO

8510.2018/0000057-4. Nos termos do disposto no artigo 16, do Decreto nº 48.592 de 06/08/2007, APROVO a prestação de contas do Processo de Adiantamento nº 8510.2018/000057-4, em nome de Alexandro Robson Bertoncini, referente ao período de 02/04/2018 a 30/04/2018, na importância de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais).

EDUCAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 4.152, DE 11 DE MARÇO DE 2018

6016.2018/0014830-9

Dispõe sobre a autorização dos pais ou responsáveis para os atendimentos de Saúde nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino que especifica, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO:

- a Lei federal nº 8.069, de 13/07/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, especialmente em seu artigo 7º;

- a Lei federal nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB;

- o Decreto Federal nº 6.286, de 05/12/2007, que institui o Programa Saúde na Escola – PSE;

- a Portaria M.S nº 2.608, de 31/10/2013, que dispõe sobre a adesão dos Municípios ao Programa Saúde na Escola - PSE,

RESOLVE:

Art. 1º. A autorização dos pais ou responsáveis para o atendimento em saúde que envolva educandos matriculados nas Unidades Educacionais de Educação Infantil e de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, dar-se-á nos termos do disposto na presente Portaria.

§ 1º – O atendimento em saúde referido no caput deste artigo será realizado em parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e órgãos ou organizações de natureza pública ou privada, que atuarão nas Unidades Educacionais por meio da oferta de ações de prevenção, promoção e atenção à Saúde, em suas diferentes especialidades.

§ 2º - O atendimento em Saúde nas Unidades Educacionais será decorrente de Programas ou Projetos específicos cuja adesão do educando dependerá de autorização específica dos pais/responsáveis.

§ 3º - A autorização dos pais/responsáveis será concedida para cada ação programada, de acordo com as suas especificidades e terá duração, exclusivamente, para o ano em curso.

Art. 2º. Caberá à SME por meio dos seus órgãos central ou regionais:

I – promover ações de prevenção, promoção e atenção à Saúde dos educandos;

II – responsabilizar-se pela documentação decorrente da ação;

III – monitorar e avaliar permanentemente as ações desenvolvidas e seus respectivos cronogramas.

Art. 3º. Caberá aos órgãos/organizações parceiras:

I – prestar esclarecimento às famílias dos educandos quanto ao Programa/Projeto a ser desenvolvido;

II – promover ações que envolvam o atendimento aos educandos que possuem autorização do pais/responsáveis;

III – orientar e auxiliar os educandos na continuidade das ações desenvolvidas, contribuindo para sua formação integral.

Parágrafo único: Os esclarecimentos prestados às famílias, referidos no inciso I deste artigo, poderão ser realizados por meio da Equipe Escolar, dependendo do nível de complexidade do assunto.

Art. 4º. Caberá às Unidades Educacionais envolvidas nos Programas/Projetos:

I – organizar os locais e espaços para viabilizar o evento;

II – acompanhar as ações desenvolvidas;

III – registrar possíveis ocorrências que possam ter prejudicado o evento;

IV – programar atividades curriculares que se articulem com a ação desenvolvida e que possam conduzir a aquisição de hábitos saudáveis.

Art. 5º. Caberá aos pais/responsáveis:

I – autorizar a participação do educando na ação programada;

II – relatar previamente quaisquer ocorrências que impeçam o educando de participar da ação.

Parágrafo único: A autorização dos pais/responsáveis poderá ter caráter reversível, podendo o educando ser excluído ou incluído da ação à qualquer tempo.

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2018-2-086

COORDENADORIA DE GESTAO E ORGANIZACAO EDUCACIONAL

ENDERECO: .

PROCESSOS DA UNIDADE SME/COGED/DINORT

2016-0.130.344-7 DIRETORIA DE EDUCACAO JACANA/TREMEMB DOCUMENTAL

DESPACHO DO SECRETARIOSME

2016-0.130.344-7 - C EI MADRE CRISTINA - DRE JACANA/TREMEMB - APURACAO PRELIMINAR - ACIDENTE COM ALUNO - A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES NESTE PROCESSO, NOTADAMENTE DAS CONCLUSOES ALCANCADAS PELA COMISSAO DE APURACAO PRELIMINAR AS FLS. 75 A 92 E 146 A 150 DAS MANIFESTACOES DA DIVISAO DE NORMALIZACAO E ORIENTACAO TECNICA DE SME AS FLS. 157 A 159, E DAS DISPOSICOES DO DECRETO N 43.233/03, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE, COM FULCRO NO INCISO II DO ARTIGO 102 DO DECRETO MUNICIPAL N 43.233/03.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JAÇANÃ / TREMEMBÉ

BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS

DESPACHO DO DIRETOR REGIONAL JAÇANÃ/TREMEMBÉ

EMEBS MADRE LUCIE BRAY

2014-0.019.740-2.À vista dos elementos contidos no presente, em especial à manifestação de folha nº 143, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/17, com fundamento na Lei 12.366/97, Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto nº 56.214/15 e Portaria SF nº 262/15, AUTORIZO observada as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados às fls. nº 04 do processo administrativo supracitado.

EMEFM VEREADOR ANTONIO SAMPAIO

2016-0.242.415-9.À vista dos elementos contidos no presente, em especial à manifestação de folha nº 100, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/17, com fundamento na Lei 12.366/97, Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto nº 56.214/15 e Portaria SF nº 262/15, AUTORIZO observada as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados às fls. nº 05 do processo administrativo supracitado.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DA PENHA

PORTARIA Nº 66, DE 04 DE MAIO DE 2018

6016.2018/0024239-9

O Diretor Regional de Educação, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria SME nº 4.549, de 20/05/17 e do que consta do SEI 6016.2018/0024239-9, e

CONSIDERANDO:

- o disposto na Lei federal nº 13.019/14 e Decreto municipal nº 57.575/16;

RESOLVE:

Art. 1º A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FLOR DA VIDA, CNPJ: 08.597.324/0001-60, situada na Rua Silva Jardim, 489 – Belenzinho - São Paulo, fica credenciada, nos termos da Portaria SME nº 4.549/17, com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, por meio da Diretoria Regional de Educação Penha.

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria comprova que a Organização detém condições para a prestação de serviços de Educação Infantil.

Art. 3º Para fins de comprovação do credenciamento efetuado, a Diretoria Regional de Educação Penha emitirá "Certificado de Credenciamento Educacional" que habilitará a Organização para a celebração de parceria com a Secretaria Municipal de Educação, na conformidade das normas específicas em vigor.

Art. 4º O Certificado referido no artigo anterior terá validade de 3 (três) anos, podendo ser renovado.

Art. 5º O Certificado de Credenciamento Educacional poderá ser cancelado, a qualquer tempo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente, quando:

I – não mantidas as condições do credenciamento;

II – comprovada irregularidade na documentação;

III – a Organização da Sociedade Civil parceira com esta Pasta for denunciada por inadimplência.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ITAQUERA

6016.2018/0015434-1

PORTARIA Nº 63, DE 10 DE MAIO DE 2018.

A Diretoria Regional de Educação, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria SME nº 4.549, de 19/05/17 e do que consta no processo SEI nº 6016.2018/0015434-1, e

CONSIDERANDO:

- o disposto na Lei federal nº 13.019/14 e Decreto municipal nº 57.575/16;

RESOLVE:

Art. 1º A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LIMA CRUZATO, CNPJ: 00.177.330/0001-57, situada na Rua Jiparanã, 744 – casa 10 - Bairro: Parada XV de Novembro, São Paulo, fica credenciada, nos termos da Portaria SME nº 4.549/17, com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, por meio da Diretoria Regional de Educação Itaquera.

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria comprova que a Organização detém condições para a prestação de serviços de Educação Infantil.

Art. 3º Para fins de comprovação do credenciamento efetuado, a Diretoria Regional de Educação Itaquera emitirá "Certificado de Credenciamento Educacional" que habilitará a Organização para a celebração de parceria com a Secretaria Municipal de Educação, na conformidade das normas específicas em vigor.

Art. 4º O Certificado referido no artigo anterior terá validade de 3 (três) anos, podendo ser renovado.

Art. 5º O Certificado de Credenciamento Educacional poderá ser cancelado, a qualquer tempo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente, quando:

I – não mantidas as condições do credenciamento;

II – comprovada irregularidade na documentação;

III – a Organização parceira for denunciada por inadimplência.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL

6016.2018/0025172-0

PORTARIA Nº 047, DE 08 DE MAIO DE 2018.

O Diretor Regional de Educação, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria SME nº 4.549, de 19/05/17 e do que consta do processo SEI nº 6016.2018/0025172-0, e

CONSIDER